

SAÚDE MENTAL DE MULHERES LÉSBICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS IMPACTOS DA HOMOFOBIA FAMILIAR NO CONTEXTO DO ISOLAMENTO SOCIAL

LESBIANS' MENTAL HEALTH IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC: A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF THE FAMILIAL HOMOPHOBIA IMPACTS IN THE SOCIAL ISOLATION CONTEXT

RESUMO

Este artigo foi desenvolvido para incidir no debate sobre homofobia familiar e consiste em um exercício analítico, referenciado no debate sociológico, acerca dos impactos da violência homofóbica familiar sobre a saúde mental de mulheres lésbicas e do seu aprofundamento no contexto do isolamento social, durante a pandemia de Covid-19. Tendo como base teórica os estudos críticos de gênero e sexualidade e a perspectiva de análise interseccional, mobilizamos autoras e autores desses campos do conhecimento para discutir especificidades da *lesbofobia* e da maior vulnerabilidade de mulheres lésbicas à homofobia familiar, bem como propôs-se pensar também os impactos da violência homofóbica no contexto familiar sobre o sofrimento e o adoecimento psíquico dessas mulheres. No plano empírico, recorreremos aos dados do Observatório LGBT do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal, Rio Grande do Norte, para apresentar evidências empíricas do aprofundamento das violências domésticas de cunho homofóbico durante o isolamento social e analisar os seus respectivos impactos sobre a saúde mental de mulheres lésbicas.

Palavras-chave: Homofobia familiar. Isolamento social. Lésbicas. Saúde mental.

ABSTRACT

This article was developed to focus on the debate on familial homophobia and consists of an analytical exercise, referenced in the sociological debate, about the impacts of homophobic familial violence on the mental health of lesbian and its deepening in the social isolation's context during the Covid-19 pandemic. Based on theoretical of critical studies of gender and sexuality and the intersectional analysis perspective, we mobilize authors in these fields of knowledge to understand the specifics of lesbophobia and the greater vulnerability of lesbian to familial homophobia, and we also propose to think about the impacts of homophobic violence in the family context on the suffering and psychological getting ill of these women. On an empirical level,

Rayane Dayse da Silva Oliveira

Mestra em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN). Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5257-8582>. E-mail: rayaneoliveiraguerra@gmail.com

Charliton José dos Santos Machado

Doutor em Educação (PPGED/UFRN). Professor titular da Universidade Federal da Paraíba, lotado no Departamento de Metodologia da Educação no Centro de Educação (CE/UFPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4768-8725>. E-mail: charliltonlara@yahoo.com.br

we used data from the Observatório LGBT of the Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal, Rio Grande do Norte, to present empirical evidence of homophobic domestic violence's deepening during social isolation and to analyze its respective impacts on the mental health of lesbian.

Keywords: Familiar homophobia. Social isolation. Lesbians. Mental health.

Introdução

São várias as formas e diferentes os graus de violências e desrespeitos que incidem sobre os sujeitos que compõem o acrônimo LGBTQIA+. O termo *homofobia* (JUNQUEIRA, 2007) foi o primeiro conceito empregado para se referir a essas violências e se propunha a nomear todas as violações sofridas pelos sujeitos dissidentes da heteronorma, todavia, com os crescentes questionamentos referentes à heterogeneidade de identidades e às respectivas violências que o conceito abarcava, termos mais específicos foram sendo criados para tirar das margens e da invisibilidade violências que não tinham suas especificidades representadas pelo conceito mais amplo.

Hoje é comum se referir à *LGBTfobia* para tratar de tais violências, no entanto, apesar das modificações e das adições que sofreu, o conceito de homofobia ainda tem bastante peso conceitual e continua sendo o termo mais conhecido no cotidiano dos sujeitos, de maneira que nós também não descartamos a sua utilização e o empregamos para nos referir às violências que incidem sobre *gays* e *lésbicas*, fazendo uso do termo *lesbofobia* apenas quando tratamos exclusivamente de violências contra mulheres.

Sem embargo, apesar do amplo debate acerca do termo mais completo ou mais representativo para se referir a essas violências, uma questão que parece convergir nos estudos mais recentes sobre sexualidade é o fato de que as violências contra sujeitos LGBTQ+ são de espectro amplo, isto é, podem se dar de múltiplas formas, indo desde os variados tipos de desrespeitos, como estigmas, discriminações, marginalizações, negações de direitos, até os tipos mais conhecidos, como abusos psicológicos, verbais e físicos.

Além da amplitude do espectro das violências de que tratamos, existem ainda especificidades e tipos de violência que possuem incidência mais comum contra cada um dos grupos que compõem o acrônimo; no caso dos homens *gays* vítimas de homofobia, por exemplo, há uma violência muito marcada por alto índice de agressões físicas e de violência letal. Essa especificidade é demonstrada ano após ano nos relatórios¹ de homicídios por homofobia no Brasil; com relação às mulheres *lésbicas*, violências como abuso psicológico, fetichização e importunações sexuais, além de uma maior expressividade no espaço da família, são questões que singularizam a *lesbofobia*.

¹ Os relatórios anuais de homicídios por *homotransfobia* no Brasil são elaborados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que é uma organização não governamental (ONG) brasileira, com funcionamento desde 1980, voltada para a defesa dos direitos de LGBTQs, é a principal base de dados e de indicadores nesse campo. Isso acontece porque ainda não existe levantamento e sistematização desses dados por órgãos oficiais (BAHIA, 2021).

Quando observamos tais violências e identificamos diferenças nas suas formas de manifestação, isso ocorre porque a violência homofóbica não acontece isolada das questões de gênero. Nossos corpos são compostos por marcadores sociais da diferença que sexualizam, generificam e racializam a nossa existência. Ademais, no plano das relações, esses marcadores se cruzam e criam condições específicas de existência e, conseqüentemente, de discriminação. A abordagem interseccional, como paradigma teórico-metodológico, opera a partir de um cruzamento entre diferentes marcadores (de gênero e sexualidade, no caso do objeto deste estudo) e permite o levantamento dos resultados a partir da detecção das implicações desse encontro de marcadores da desigualdade.

Nesse cenário, são diversas questões a serem discutidas. O objeto que este trabalho focaliza, como recorte de análise, trata de analisar e explicar as relações de violência homofóbica no contexto familiar e os seus impactos sobre o adoecimento psicológico das vítimas, tendo as violências que incidem sobre as mulheres lésbicas como centro da análise. Assim, objetivamos observar algumas das especificidades da *lesbofobia* e, sobretudo, os principais impactos dessas violências sobre a saúde mental dessas mulheres. Elencando o contexto do isolamento social, medida de enfrentamento à pandemia de Covid-19, como importante variável dentro das nossas análises, iremos tratar dos impactos da homofobia familiar sobre a saúde mental de mulheres lésbicas em tempos de pandemia.

Para tanto, utilizamos a perspectiva teórica dos estudos críticos de gênero e sexualidade, como também recorreremos à perspectiva de análise interseccional para examinar o modo como o entrecruzamento dos marcadores de gênero e sexualidade operam na manutenção e perpetuação de violências que atravessam as vidas e trajetórias de sujeitos dissidentes da heteronorma. No plano empírico, utilizamos como referencial os dados do relatório do último trimestre de 2020 do Observatório LGBT do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal, Rio Grande do Norte (RN) (NATAL, 2021).

Dado o exposto, debatemos ao longo deste artigo questões relacionadas às nuances das violências homofóbicas e aos elementos que singularizam a *lesbofobia*; tratamos do entrecruzamento dos marcadores sociais da diferença e do que resulta desse encontro; bem como abordamos ainda as dimensões generificadas do espaço que estão na base da ampla expressão da homofobia familiar na vida de mulheres lésbicas. Desta feita, analisamos o modo como as violações operadas pela homofobia familiar e o seu aprofundamento no contexto da pandemia revelam algumas das especificidades da *lesbofobia*, além de auxiliarem na compreensão do impacto dessa violência sobre a saúde mental de mulheres lésbicas.

Reflexões sobre homofobia familiar e a questão lésbica

No plano geral das violências *LGBTfóbicas*, é possível identificar elementos comuns que colocam todas as vítimas em situação que possui semelhança na base

das violações, ou seja, via de regra, trata-se de sujeitos dissidentes da heteronorma e, conseqüentemente, atravessados por marcas que os colocam, como existências tidas, conforme propõe Butler (2011), como vidas precárias², existências que são secundarizadas, ou ainda como corpos não passíveis de luto. No plano específico, esses sujeitos são atravessados por marcadores que os localizam em posições específicas de dominação, colocando cada condição como singular, de modo que, apesar das semelhanças entre si, as diferenças também operam singularizando e diferenciando a experiência com a violência de lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais e outros grupos.

Neste trabalho, focamos a questão lésbica e, para a compreensão das violências direcionadas a elas, recorreremos à ideia de violência cruzada (CRENSHAW, 1989), que considera a intersecção entre as suas práticas erótico-afetivas e a condição como mulher, assim auxilia na compreensão das singularidades que compõem essa existência, bem como as suas vivências com a violência. Quando tratamos da *lesbofobia*, a assimetria de gênero é crucial na compreensão da questão. Observando esse cenário na perspectiva da interseccionalidade, compreendemos que a *LGBTfobia* não ocorre indiscriminadamente, uma vez que a experiência com a violência é vivida singularmente, conforme o entrecruzamento das características pessoais dos sujeitos que compõem cada uma das letras da sigla.

Os marcadores de que falamos estabelecem desigualdades específicas conforme a posição de cada sujeito no quadro de condições combinadas ou entrelaçadas de dominação. No caso das lésbicas, trata-se, pois, de um tipo de violência muito marcado pela invisibilidade, dada a secundariedade social atribuída ao feminino e o encontro desse marcador com o da sexualidade dissidente. Assim, essas mulheres sofrem um tipo de violência perpassado pelo cruzamento de atos sexistas, que se misturam com a questão da sua dissidência sexual.

A *lesbofobia* é uma violência do espectro da *LGBTfobia* e opera em um lugar de cruzamento entre a violência sexista e a violência homofóbica. As formas como as mulheres lésbicas sofrem discriminação é particular, e não apenas resultado da soma de desigualdades (sexismo/homofobia), mas parte do entrecruzamento dos seus marcadores da diferença, que lhes deixam em uma posição específica de dominação. Nessa perspectiva, as mulheres, por exemplo, dificilmente possuem queixas “puras” de violência homofóbica, mas estas são comumente queixas híbridas, que ocorrem pelo cruzamento da sua condição de gênero com a de sexualidade, o que as coloca em posição específica dentro dos eixos de poder.

Dentre as especificidades da *lesbofobia*, temos uma maior invisibilidade da existência lésbica, a fetichização do corpo lésbico e a incidência de importunações sexuais, além da maior recorrência de violências no espaço familiar. A pesquisa *Diversidade sexual e homofobia no Brasil* (VENTURI; BOKANY, 2011), da Fundação

² Butler (2011) discute a questão das vidas precárias e dos corpos vulnerabilizados como sendo daqueles sujeitos que possuem existências atravessadas por marcas que estão fora dos padrões normativos. Tais marcas colocam-nos em posição de sujeitos abjetos, como é o caso de pessoas negras, LGBTs e outras dissidentes. Essas pessoas formam, na teoria de Butler, um rol de vidas pelas quais ninguém se importa, pelas quais ninguém lamenta, ou ainda, corpos não passíveis de luto.

Perseu Abramo, por exemplo, levantou que, quando perguntadas sobre os seus agressores, as mulheres lésbicas apontaram que pais e outros familiares foram os discriminadores em 57% dos casos; amigos e conhecidos, em 25%; e somente 18% dos seus agressores estão significativamente fora do contexto de proximidade, em espaços como a escola, o trabalho e locais públicos.

As marcas do espaço presentes nas violências *LGBTfóbicas* e a presença de um peso maior na experiência da homofobia familiar, no caso das mulheres lésbicas, são sintomáticas da sua condição de maior invisibilidade e do caráter de violência cruzada que marca as suas vivências. Para entender esse ponto, é preciso observar que as mulheres sempre foram mais invisibilizadas historicamente; se existe um apagamento histórico das mulheres em nossa trajetória como sociedade, ele ocorre ainda mais fortemente no plano cruzado, isto é, quando se trata de mulheres lésbicas. Para além da falta de visibilidade no campo social, a existência lésbica aparece invisibilizada até mesmo nos discursos científicos, nos movimentos LGBTQ+, além de espaços como a mídia e outros.

Historicamente, muito pouco se falou sobre as relações erótico-afetivas entre mulheres; a invisibilidade é muito representativa na constituição da identidade lésbica, sendo peça importante para compreender as especificidades das violências que incidem sobre elas, bem como para compreender seu locus de ocorrência. As relações lésbicas são historicamente silenciadas por serem vistas como desestabilizadoras da ordem heteronormativa de dominação masculina (SWAIN, 2010). Para ilustrar esse debate do apagamento lésbico, observemos uma emblemática fala da rainha Vitória:

A historieta atribuída à rainha Vitória, no momento da atualização, no século XIX, das penas contra as relações sexuais entre homens, é bastante eloquente. Tendo sido interrogada sobre a impunidade das relações sexuais entre mulheres, a rainha respondeu: ‘Como punir algo que não existe?’. (BORRILLO, 2010, p. 27).

A pouca visibilidade lésbica está presente nos diversos campos. No caso da produção científica, por exemplo, tal ausência também é metodicamente identificada por Franch e Nascimento (2020, p. 19), que, em um balanço sobre a produção de pesquisas em gênero e sexualidade na década de 2008 a 2018, mencionam a pouca produção de pesquisas sobre a questão lésbica: “[...] a temática lésbica continua menos presente na literatura sobre gênero e diversidade sexual, o que mais uma vez corrobora a invisibilidade das experiências homoafetivas femininas que a militância vem denunciando há tempos”.

No campo da militância LGBTQ, é comum mulheres lésbicas não se sentirem visibilizadas ou representadas o suficiente dentro dos movimentos e constituírem grupos exclusivamente de mulheres homo e bissexuais. O Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes (Gami), que existe desde 2003, surgiu do desmembramento de outro grupo, o Grupo Habeas Corpus Potiguar (GHAP), que foi um dos primeiros movimentos de militância homossexual em Natal, no entanto, as mulheres lésbicas

e bissexuais do GHAP não se viam reconhecidas ou representadas nas pautas do grupo, de modo que algumas delas se organizaram para criar um grupo específico de militância de mulheres lésbicas e bissexuais (SANTOS, 2019). A própria existência e atuação do Gami é importante e ilustrativa das questões que discutimos: o grupo construiu-se de um deslocamento e desde então trilha uma trajetória de pautas feministas e de demandas do movimento lésbico.

Os exemplos sobre a invisibilidade lésbica podem facilmente multiplicar-se, mas, por ora, são suficientes para compor o argumento. O ponto em questão que nos propomos a discutir é o de que, com todas as questões que singularizam a existência lésbica, na sua própria composição estão os elementos que a particularizam e elencam situações específicas de dominação; a maior incidência de violências ter lugar, em suas vivências, no espaço privado e familiar, por exemplo, é uma dessas questões. Pesquisas como a de Oliveira (2017), que apresentam as diferentes formas de expressão da homofobia, observadas sob uma perspectiva generificada das violências, consideram a intersecção das questões de gênero e de sexualidade para demonstrar como a violência *lesbofóbica* aparece fortemente no espaço familiar, em razão dos diversos fatores que invisibilizam a sua existência pública, fazendo com que a homofobia familiar tenha um peso mais significativo nas vivências dessas mulheres com a violência.

As marcas espaciais presentes nas violências nos auxiliam na compreensão das especificidades das agressões contra mulheres lésbicas e no entendimento de como a presença de um peso maior na experiência da homofobia familiar no caso dessas mulheres é sintomática da sua condição de menor visibilidade. Se observarmos essa questão sob o prisma dos espaços da casa e da rua como categorias sociológicas, percebemos que “casa” e “rua” não são apenas espaços geográficos, mas, sobretudo, esferas de ação. A oposição entre esses espaços, tratada por Da Matta (1997), demonstra como eles possuem também um ângulo discursivo próprio, além de possuírem signos representativos que operam como produtores de um maior protagonismo espacial que é cruzado pelo gênero.

O público e o privado, como categorias sociológicas, são atravessados por questões de gênero. A literatura que trata da questão aponta para o modo como historicamente a ocupação e a representação desses espaços foram estabelecidas e incorporadas no imaginário social a partir de uma divisão de gênero no que tange ao maior protagonismo no público e no privado. As questões de gênero que cruzaram tais espaços estruturaram em medida significativa a oposição entre a casa e a rua, com isso, a maior ou menor pertença a esses espaços é culturalmente formulada de forma generificada.

Sendo o espaço da família aquele onde as lésbicas costumam sofrer mais com a homofobia e sendo a própria existência, *per se*, desse tipo de violência no espaço familiar uma característica específica e que diferencia a homofobia, ao mesmo tempo que a contrapõe e a singulariza frente à maioria das outras formas de discriminação, que é o fato de que o sujeito que é vítima de homofobia na rua, na escola, no trabalho ou em outro ambiente público, diferentemente de pessoas que são vítimas de discriminações por outras razões, não só não encontram suporte em casa como podem ser vítimas de

violência também nesse espaço, essas mulheres acabam, pois, sofrendo fortemente com essa violência, uma vez que é a expressão a que geralmente mais estão expostas. Sobre essa característica da homofobia, Schulman (2010, p. 76-77) pontua:

Usualmente, a família é o refúgio das crueldades da cultura. Se a família é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o indivíduo não tem lugar para onde escapar, especialmente quando as instituições de representação também não permitem que a experiência e sentimentos subsequentes sejam expressos.

Outro importante ponto implicado nesse contexto, que dá a dimensão do peso da homofobia familiar na vida da pessoa homossexual, é o de que, por se configurar como espaço privado em que “[...] ninguém está olhando, ninguém de fora irá intervir, porque há a percepção de que os assuntos de família são privados e intocáveis e a estrutura familiar e sua intocabilidade predominam” (SCHULMAN, 2010, p. 76), as violências em casa tornam-se muito mais difíceis de serem combatidas, com isso, a dificuldade em superar o problema é ainda maior. Portanto, nota-se que a homofobia familiar, que sempre foi uma realidade dura, com as restrições de frequentar espaços públicos, postas em função da pandemia de Covid-19, aprofundou-se ainda mais nesse cenário.

Homofobia familiar no contexto do isolamento social e os impactos sobre a saúde mental de mulheres lésbicas

A experiência com o isolamento social, medida necessária para diminuir a circulação do coronavírus e controlar a pandemia, desde o início do ano de 2020, tem potencializado violações, violências e conflitos familiares não só no campo da *LGBTfobia*; as implicações do isolamento ocasionaram aumento de violências domésticas outras. Algumas pesquisas e dados preliminares (BRASIL, 2020; VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020) levantados durante esse período já começam a discutir a questão. Além do aprofundamento das violências homofóbicas, com as medidas de isolamento social observamos também o desvelamento de desigualdades de gênero refletidas no espaço da casa, que não deixam de ser também um tipo de violação.

Como postulam Blanc, Laugier e Molinier (2020), por exemplo, nesse período, o esgotamento das mulheres com a sobrecarga de trabalho, no momento em que tudo foi encerrado ao espaço da casa, lançou luz sobre uma oposição que, apesar de vir, há certo tempo, apresentando sinais de mudanças, ainda é bastante real e concreta, ou seja, a pandemia descortinou o fato de que o movimento de mudança que se apresentava na divisão entre os afazeres da casa e da rua não era tão sólido. As mulheres, mesmo tendo chegado ao espaço público, ainda não conseguiram se desvincular da naturalização

de uma suposta essência do cuidado e de ter associadas à sua imagem obrigações no espaço da casa e com a família, como se esse espaço e as tarefas que lhes são presentes fossem de sua inerente competência. Algumas discussões recentes já começam a ensaiar um debate sobre esse ponto, a saber:

De fato, na divisão sexual do trabalho, historicamente, coube à mulher o espaço delimitado da casa: o cuidado dos filhos, as tarefas e a administração da casa. Ainda hoje, lhe é atribuído o ‘honroso’ título de ‘a rainha do lar’. O homem ficou com o espaço da rua: o trabalho remunerado, o exercício da autoridade e da política. Mudanças sociais e culturais relativamente recentes alteraram em parte essa divisão. Mas em praticamente todas as camadas sociais, com maior ou menor força, ela ainda prevalece. Assim, quando o vírus obriga homens e mulheres a permanecerem isolados em casa, as mulheres não têm dúvidas sobre o que ‘constitui sua obrigação’ ou sobre o que devem fazer: arrumar a casa, cuidar das crianças pequenas (quando há), cozinhar, lavar e passar, decidir o que comer e, não raro, fazer as compras. (LOYOLA, 2020, p. 2).

Quando tratamos dos impactos da pandemia nas relações e no aprofundamento de desigualdades e violências, a sociologia e a antropologia da saúde são campos do saber que contribuem grandemente para a compreensão desse cenário. A antropologia das epidemias, por exemplo, auxilia a pensar as relações em tempos de urgências e catástrofes, quando postula que “[...] epidemias necessitam não simplesmente do estudo das doenças em si mesmas, mas da forma como isso afeta as relações sociais” (KELLY; KECK; LYNTERIS, 2019, p. 14, tradução nossa³), as quais muito nos dizem sobre o fenômeno que abordamos, uma vez que a problemática que propomos deriva das condições criadas ou aprofundadas por uma medida de controle da epidemia – o isolamento social – e ilustra o modo como a pandemia não se refere apenas a uma questão de saúde, mas implica, sobretudo, impacto nas relações sociais, criando contextos e cenários específicos, alguns desses de violência ou de aprofundamento de desigualdades.

Sob esse entendimento, para ilustrar o modo como a pandemia afetou relações no campo da homofobia familiar, recorreremos ao que os dados do relatório do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN (Cemced)⁴ demonstraram em seu primeiro relatório, elaborado e divulgado durante a pandemia de Covid-19. Como iremos explorar daqui por diante, o relatório demonstrou que, para LGBTs de Natal, tem sido mais seguro estar na rua do que em casa (TRIBUNA, 2021), uma vez que a violência no espaço doméstico aumentou nesse período, de maneira que, para esses sujeitos, existem ameaças maiores do que o próprio vírus, isto é, a violência homofóbica familiar.

³ “Epidemics necessitate not simply the study of the disease itself and the way it affects social relations” (KELLY; KECK; LYNTERIS, 2019, p. 14).

⁴ Criado por meio do Decreto municipal nº 11.909/2020, o Cemced lançou seu primeiro relatório em junho de 2021, referente aos dados dos atendimentos realizados pelo centro no último trimestre de 2020.

Temos no dado supracitado uma cruel realidade, que demonstra como, para além das questões de saúde, as relações são bastante afetadas pela pandemia, de modo que as suas implicações vão muito além do contágio da própria doença. Para quem sofre violência no espaço doméstico, em tempos de pandemia, o vírus não é a única ameaça que se coloca; para esses sujeitos, a convivência familiar pode ser mais danosa e até mais letal do que o próprio vírus. Muitas dessas vítimas podem até mesmo considerar o vírus menos perigoso e exporem-se a ele para escapar das violências em casa. A respeito do peso da homofobia familiar, é importante notar que:

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa *gay*, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa [...]. A homofobia familiar pode se tornar uma opressão dolorosa determinante na vida da pessoa *gay*. (SCHULMAN, 2010, p. 70).

Compreendendo as implicações e a potencialização das violências domésticas no cenário pandêmico, o Cemced buscou levantar nos seus questionários dados de 2020 para observar os efeitos da pandemia no impacto sobre as violências. Os dados do centro foram coletados por meio de dois instrumentos: o Registro Mensal de Atendimento (RMA) e a Ficha de Acolhimento. O Cemced fez ao todo 114 atendimentos no trimestre retratado no relatório (último trimestre de 2020) e seguiu com o acompanhamento de uma média de 22 famílias ou usuários por mês.

Os números de atendimento são considerados no próprio relatório como baixos, e o fato é atribuído ao contexto pandêmico e à pouca divulgação do centro, uma vez que, além de ser um equipamento novo, desde a sua inauguração está com parte significativa do trabalho em funcionamento diferenciado e em regime remoto, assim, é ainda pouco conhecido, tanto pela população em geral quanto por outros serviços que ainda desconhecem a sua existência para lhe encaminhar usuários. Em outros termos, falta ainda um estreitamento das relações interinstitucionais e maior divulgação ao público, o que deve acontecer em um futuro breve. No entanto, apesar de os dados dos relatórios não serem robustos, é importante salientar que a proposta de sistematização desse tipo de dado possui extrema relevância no cenário do levantamento de estatísticas sobre a violência *LGBTfóbica* para o município de Natal e também para o processo de consolidação do próprio centro.

Propondo-se também a funcionar como Observatório LGBT de Natal, a base de dados do Cemced certamente comporá um quadro de referência para a implementação de políticas e serviços planejados a partir das reais demandas desses grupos, haja vista que a ausência desses indicadores gerava tanto a escassez de políticas que partissem das reais demandas desses sujeitos quanto a carência de iniciativas direcionadas ao combate das violências e à promoção de direitos e garantias voltadas ao público

LGBT+. O levantamento de dados pelo observatório tem por objetivo, pois, minimizar o impacto da ausência do registro formal desses indicadores na cidade de Natal.

Com os objetivos bem definidos quanto ao levantamento e à sistematização de dados relacionados ao público LGBT, o Cemced apresentou seu primeiro relatório no primeiro semestre de 2021, com dados referentes aos atendimentos do último trimestre do ano anterior, no qual foi demonstrado que a procura pelo centro se deu por demanda espontânea em 88% dos casos, sendo essa a principal via de acesso (o restante foi encaminhamento de outros equipamentos da cidade – socioassistenciais e unidades básicas de saúde).

Dos atendidos, 76% se autoidentificaram em situação de violência *LGBTfóbica*, todavia, pelos relatos dos usuários, o centro compreende que esse número pode ser ainda maior, já que, devido à naturalização das violências e ao entendimento da *LGBTfobia*, por vezes, ficar restrito apenas aos tipos mais duros e gravosos, alguns usuários apresentaram dificuldades em identificar algumas das violações sofridas como sendo expressões *LGBTfóbicas*.

Em razão da alta demanda de busca pelo centro por pessoas em situação de violência, além de observatório, o Cemced se propõe a funcionar também como espaço de apoio e de acolhimento para que possa auxiliar na minimização dos efeitos nocivos das violências e do sofrimento psíquico dos sujeitos que o buscam, isso porque uma das principais demandas do centro tem sido a procura por serviços de saúde mental, especialmente a psicoterapia, no entanto, as psicólogas do centro não têm como foco a psicoterapia, mas o atendimento psicossocial, de modo que essas demandas têm sido encaminhadas para outros equipamentos, como as clínicas-escola de psicologia da cidade, ainda assim, o índice de procura é registrado e apresentado no relatório.

A faixa etária que mais buscou o serviço foi a dos 18 aos 29 anos (66%), sendo uma faixa jovem, que, em grande parte, ainda precisa coabitar com a família enquanto constitui a sua independência; por vezes, precisa submeter-se a variados graus de desrespeitos e outras violências por falta de alternativa e, com isso, vive um contexto que impacta diretamente a sua saúde psicológica, quadro que foi agravado com o isolamento social.

Outro dado importante do relatório e que lança luz sobre a questão supracitada é o do grau de parentesco entre agente agressor e vítima. Durante 2020, pai, mãe, sogros, tios e irmãos correspondem a 42% dos agressores, sendo o principal local de ocorrência a própria residência em 32% dos casos, além de 11% dos casos terem ocorrência na casa de outros parentes; se somados, 43% dos relatos de violência aparecem tendo como pano de fundo espaços de convívio familiar. As violências na rua corresponderam a 21% dos casos.

O relatório não tem uma divisão das violências por recorte de gênero em cruzamento com espaço de ocorrência, afinal trata-se de um relatório piloto, no entanto, se observarmos, comumente nas pesquisas e relatórios desse tipo é comum ver a violência contra as mulheres lésbicas com um índice maior no espaço da casa e da família. Geralmente, o espaço da casa é o lugar de maior incidência de violência

homofóbica contra essas mulheres (OLIVEIRA, 2017), sendo este grupo que costuma puxar o quantitativo para cima e ter um índice mais alto se visto isoladamente.

Diante dos dados, podemos perceber que os impactos da homofobia familiar e do seu aprofundamento no período da pandemia demonstram como a *LGBTfobia* está intrinsecamente ligada ao sofrimento psíquico e ao adoecimento psicológico desses sujeitos. Esses dados tornam compreensível a alta procura por serviços de saúde mental demandada ao Cemced durante o isolamento social, além de indicarem a necessidade de medidas de acolhimento e de atendimento psicológico a essas vítimas.

Destarte, uma vez que a experiência com a violência no espaço familiar é algo que marca e impacta grandemente as vidas desses sujeitos, o excesso de exposição ao convívio familiar advinda do contexto do isolamento social trouxe o aprofundamento dessas situações e, com isso, o impacto sobre a própria segurança, visto que os dados demonstraram que muitos desses sujeitos sentem-se mais seguros na rua do que em casa. Isso sinaliza que a carga psíquica imposta a eles extrapola em tanto o nível do suportável que o vírus que já matou 585.000 pessoas, no momento em que escrevemos este artigo, assusta-os menos do que seus familiares. Diante dessa realidade, é posto no relatório que o tema torna-se até difícil de ser abordado nas entrevistas, dadas a sensibilidade da questão e a maneira como essas pessoas estão fragilizadas emocionalmente em decorrência das violências a que são submetidas, o que ocasiona o pouco detalhamento de situações desse tipo no relatório.

Se considerarmos que, no caso das mulheres lésbicas, o espaço da casa tem usualmente sido o lócus de maior violência contra elas, mesmo antes da pandemia, vemos que esse período de intensificação das violências pode ter sido ainda mais devastador e causador de sofrimento e adoecimento psíquico. As especificidades da homofobia familiar e a sua centralidade nas vivências dessas mulheres com a violência homofóbica reforçam, como já apontamos, uma questão que é sintomática da sua existência, isto é, o fato de o seu contexto de violência ser muito marcado pelo cruzamento da dissidência sexual com as questões de gênero. Nesse ponto, é possível identificar elementos bastante representativos das dimensões generificadas dos espaços que se configuram em nossa sociedade.

A ideia de uma divisão de gênero, no que tange ao maior protagonismo no público ou no privado, estabelecida historicamente, é responsável por criar questões que atravessam esses espaços e estruturaram em medida significativa uma oposição entre a casa e a rua, calcada na atribuição de maior ou menor pertença a tais espaços, que é culturalmente formulada de forma generificada. Mesmo que essa estrutura venha se modificando há certo tempo, durante a pandemia revelou ser ainda muito forte. Disso resulta que, quando se trata das mulheres, não são somente as lésbicas têm o espaço privado como lugar majoritário de violência; na realidade, as violências contra mulheres (cis), em geral, costumam, em sua maioria, ocorrer no espaço privado, fato que tem se intensificado durante a pandemia (PETERMAN *et al.*, 2020).

Diante dessa realidade, que marca as vivências das mulheres com a violência, podemos observar que a *lesbofobia* não é somente uma expressão da violência homofóbica, mas é também um tipo de violação atravessado pela violência de gênero,

de maneira que, para a ampla compreensão desse fenômeno, é necessário entender a *lesbofobia* como uma forma de violência cruzada, ou interseccional, que singulariza e localiza a experiência das mulheres lésbicas com a violência em um ponto específico de dominação, no ponto de cruzamento entre os marcadores de gênero e de sexualidade.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, tentamos estabelecer uma linha argumentativa que desse conta de expor o modo como a problemática da homofobia familiar, que é anterior à pandemia, teve um aprofundamento no referido período. Dada a experiência singular da *lesbofobia* em concentrar um alto índice de vivências com a homofobia no espaço familiar, elencamos esse espectro da *LGBTfobia* como recorte do debate, uma vez que, para mulheres lésbicas, a homofobia familiar é uma das principais manifestações de violência que incidem sobre si, fenômeno que foi agravado durante o isolamento social.

A intensificação das violências no quadro de isolamento social, medida necessária para diminuir a circulação do coronavírus e controlar a pandemia, tem sido uma dura realidade na vida de mulheres lésbicas, o que é responsável por lhes causar grande sofrimento psíquico. Nesse cenário que propomos observar, temos um quadro de violência cruzada que está na base da composição das especificidades da *lesbofobia* e que ajuda a explicar o fato de a maior incidência dessas violências contra mulheres lésbicas ser mais comum no espaço privado e familiar.

No plano empírico da análise, a experiência da pandemia de Covid-19, desde o início do ano de 2020, tem deixado tal questão mais visível. No momento em que tudo foi encerrado ao espaço da casa, com as medidas de isolamento social, o aprofundamento das violências domésticas tem sido uma realidade na vida dos sujeitos vítimas de violência nesses espaços. As discussões propostas para contextualizar a *lesbofobia* frente ao cenário mais amplo das violências *LGBTfóbicas* objetivam apresentar os contornos específicos desse fenômeno e da sua maior incidência no espaço familiar, assim como o consequente impacto sobre a saúde mental dessas mulheres no período em que tais violências foram intensificadas.

É importante ressaltar que, apesar de se tratar de análises iniciais, elaboradas com base em dados que ainda não são robustos, afinal esse objeto em específico é bastante recente, o nosso recorte compõe um cenário que se delineia promissor para pesquisas futuras e para a continuidade destas que já se iniciam. Nossa temática traz ainda várias outras possibilidades de discussões que podem e devem ser aprofundadas não só durante o contexto pandêmico, como também após o controle da pandemia.

Cabe, por fim, destacar que, de maneira geral, os impactos das questões de gênero durante a pandemia darão conteúdo para um universo amplo de estudos no pós-pandemia, quer sejam discussões como esta, acerca do aumento e do aprofundamento das violências domésticas no período de isolamento social, observados pelos vieses de diferentes recortes (gênero, sexualidade ou interseccional), quer seja tratando do

aprofundamento de desigualdades no espaço doméstico, como a questão do esgotamento das mulheres na pandemia com o acúmulo de tarefas. De qualquer maneira, ambas as problemáticas demonstram-se como profícuos objetos de estudo e mostram possuir potencialidade heurística. Assim, dada a relevância que apresentam, certamente serão objeto de longo escrutínio de pesquisadoras e pesquisadores nos próximos anos, após a onda global da Covid-19.

Referências

BAHIA. Relatórios anuais dos crimes de homicídio por homotransfobia no Brasil. *Bras: Grupo Gay da Bahia [GGB]*, Salvador, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BLANC, N.; LAUGIER, S.; MOLINIER, P. O preço do invisível: as mulheres na pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, p. 1-13, 2020.

BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. *Coronavírus: sobe o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena*. Brasília, DF: ODNH, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobe-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 6 jul. 2021.

BUTLER, J. Vida precária. *Contemporânea*, São Carlos, n. 1, p. 13-33, 2011.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, v. 1, n. 8, p. 138-167, 1989.

DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e a morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FRANCH, M.; NASCIMENTO, S. A produção antropológica em gênero e sexualidade no Brasil na última década (2008-2018). *BIB*, São Paulo, n. 92, p. 1-29, 2020.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, Natal, v. 1, p. 145-166, 2007.

KELLY, A. H.; KECK, F.; LYNTERIS, C. (ed.). *The anthropology of epidemics*. London: Routledge, 2019.

LOYOLA, M. A. Covid-19: uma agenda de pesquisa em torno das questões de gênero. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, e300312, 2020.

NATAL. *Relatório trimestral do Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal-RN*: out./nov./dez. 2020. [Internet]. Natal: Cemced, 2021. Disponível em: https://natal.rn.gov.br/storage/app/media/semdes/semdes-relatorio_observatorio_2020_final.pdf. Acesso em: 24 jun. 2021.

OLIVEIRA, R. D. S. *As diferentes formas de expressão da homofobia e as nuances nas vivências de gays e lésbicas de Natal/RN*. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

PETERMAN, A. *et al. Pandemics and violence against women and children*. Washington, DC: Center For Global Development, 2020.

SANTOS, J. A. S. *Existimos porque resistimos: história, lutas e conquistas do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes - Gami*. 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SCHULMAN, S. *Ties that bind: familial homophobia and its consequences*. New York: The New, 2009.

SWAIN, T. N. Desfazendo o “natural”: a heterossexualidade compulsória e o *continuum* lesbiano. *Revista Bagoas*, Natal, v. 5, p. 45-55, 2010.

TRIBUNA do Norte. Para LGBTs de Natal é mais seguro estar na rua do que em casa, aponta relatório. *Jornal Tribuna do Norte*, Natal, 2021. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/para-lgbts-de-natal-a-mais-seguro-estar-na-rua-do-que-em-casa-aponta-relata-rio/509501#:~:text=para%20lgbts%20de%20natal%2c%20%2c%20a9,2021%20%2d%20not%2c%20adcia%20%2d%20tribuna%20do%20norte>. Acesso em: 24 jul. 2021.

VENTURI, G.; BOKANY, V. (org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: O que isso nos revela?. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, n. 23, e200033, 2020.

Recebido em 19/09/2021.

Aceito em 22/06/2023.